

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 031/SPP/2022

Processo SEI nº 7310.2022/0000157-8

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Para cumprimento do seu objetivo social e institucional, a São Paulo Parcerias S.A. (ou “CONTRATANTE”) deve oferecer ambiente laboral adequado para todos os seus colaboradores. Tendo em vista o recente e significativo aumento do quadro de funcionários da Companhia, foi identificada a necessidade de realizar readequação do ambiente de trabalho.
- 2.2. Nesse sentido, a aquisição de mobiliário compõe um conjunto de iniciativas que tem como objetivo melhor acomodar todos, de modo a otimizar a capacidade atual de mobiliário, bem como ampliar o número de espaços de trabalho, dentro dos parâmetros regulamentares exigidos de ergonomia, segurança e conforto laborais.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência (ou “TR”) quanto às especificações do objeto.

3.1.1. Caso mais de uma empresa apresente o mesmo valor, na ausência de negociação frutífera com quaisquer delas, serão adotados como critérios de desempate, aqueles previstos no art. 55 da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no caso de haver Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempresários Individuais (MEI) ou Cooperativas participantes, com fulcro no Decreto Municipal nº 56.475/2015.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS OBJETOS E QUANTIDADES

4.1. Serão adquiridas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.
01	Estação de Trabalho tipo plataforma	02
02	Cadeira de Escritório	20
03	Porta de Giro	01
04	Banqueta Alta	05

4.2. ESTAÇÕES DE TRABALHO

4.2.1. As estações de trabalho devem ser do tipo plataforma com disponibilidade para 08 usuários cada estação, com as seguintes características:

4.2.1.1. Dimensões: 4400mm (L) x 1200mm (P) x 750mm (A), podendo apresentar variações de até 200mm na largura ou profundidade.

4.2.1.2. Estrutura: aço carbono. Todas as peças metálicas deverão receber tratamento antiferrugem/oxidação, por meio de tratamento químico e acabamento em pintura epóxi.

4.2.1.3. O tampo deverá ser confeccionado em MDP (*Medium Density Particleboard*) de pelo menos 25mm de espessura. O acabamento do tampo deverá ser em ambas as faces confeccionado em tonalidade clara e neutra (ex.: branco, *off*

white, gelo, carvalho, noce e nogueira), sendo previamente pactuado com a CONTRATANTE no momento da emissão da Ordem de Fornecimento.

- 4.2.1.4.** O tampo deverá constar com fita de borda na espessura de 1mm em mesma materialidade do tampo ou em acabamento semelhante e esteticamente harmônico com o conjunto. A avaliação estética de que trata este item é prerrogativa exclusiva da CONTRATANTE.
- 4.2.1.5.** Possuir calha central para passagem de fiação sob o tampo, com saídas para tomadas elétricas e ponto de acesso para rede lógica (conector *keystone*).
- 4.2.1.6.** Dispor de aberturas no tampo para acesso e passagem de cabos de rede elétrica e lógica, ou dispor de caixa de tomadas e conectores com as redes elétrica e lógica na altura do tampo; de forma individualizada para cada posição, refletindo em 16 (dezesesseis) pontos de acesso em cada estação de trabalho.
- 4.2.1.7.** Possuir painel divisor frontal e lateral com mesma materialidade do tampo ou em estrutura acrílica leitosa, com altura entre 20cm e 30cm do tampo. O painel divisor pode constar engastado diretamente ao tampo ou elevado por peças conectoras de suporte.
- 4.2.1.8.** Não possuir gaveteiros embutidos.
- 4.2.1.9.** As estações de trabalho deverão estar em conformidade com os parâmetros de ergonomia exigidos na Norma Regulamentadora n.17 (ou “NR-17”).
- 4.2.1.10.** As estações devem ser idênticas, novas e sem uso anterior.

4.3. CADEIRAS DE ESCRITÓRIO

4.3.1. As cadeiras giratórias devem ser do tipo secretaria, com as seguintes características:

- 4.3.1.1.** Braços com regulagem de altura.

- 4.3.1.2. Assento com regulagem de altura a gás.
- 4.3.1.3. Regulagem do apoio lombar.
- 4.3.1.4. Base giratória com pelo menos cinco pontos de apoio, provida de rodízios.
- 4.3.1.5. Encosto com espaldar médio com estrutura em polipropileno injetado estrutural e interno em madeira compensada multilâminas com no mínimo 12mm de espessura. Espuma injetada em poliuretano flexível com densidade mínima de 45 KG/m³ e espessura mínima de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas. Revestimento do assento e encosto revestidos em tecido poliéster ou *courvin*, na cor preta.
- 4.3.1.6. As cadeiras deverão possuir Laudo comprovando que o material ofertado está em conformidade com os parâmetros exigidos na NR-17 e de acordo com a norma NBR 13962:2006.
- 4.3.1.7. As cadeiras devem ser idênticas, novas e sem uso anterior.

4.4. PORTA DE GIRO

4.4.1. A Porta deve ser do tipo de abertura de giro, com as seguintes características:

- 4.4.1.1. Dimensões: 2100mm (A) x 800mm (L) x 35mm (E).
- 4.4.1.2. Lado de Abertura: Direita.
- 4.4.1.3. Acabamento liso na cor branca.
- 4.4.1.4. Estrutura Interna da Porta: Sarrafeada.
- 4.4.1.5. Material: Madeira.
- 4.4.1.6. Acompanhada de *kit* para instalação (fechadura com duas chaves, contra fechadura alvenaria, dobradiça inferior, pivô inferior, dobradiça superior, pivô superior).

4.4.1.7. Acompanhada de batente e guarnição.

4.4.1.8. A porta deve ser nova e sem uso anterior.

4.5. BANQUETAS ALTAS

4.5.1. As banquetas altas devem ser do tipo altas e ter as seguintes características:

4.5.1.1. Dimensão: Altura do assento de 75cm, podendo variar até 05cm, diâmetro do assento de 38 cm, variar até 05 cm.

4.5.1.2. Estrutura de aço carbono, ferro ou madeira, contendo apoio para os pés.

4.5.1.3. Assento fixo com base em madeira MDF e encosto médio. Estofado com espuma injetável com espessura mínima de 04 cm, revestido em tecido poliéster ou *courvin*, em cores neutras sendo previamente pactuado com a CONTRATANTE no momento da emissão da Ordem de Fornecimento.

4.5.1.4. As banquetas altas devem ser idênticas, novas e sem uso anterior.

5. GARANTIA

5.1. Será observado o prazo de garantia previsto na legislação consumerista contra defeitos de fabricação e vícios, a contar do recebimento definitivo.

5.1.1. Prevalecerá o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou pelo fornecedor, caso maior.

5.1.2. Em caso de necessidade de acionar a garantia, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA, tendo esta o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para regularizar a situação.

6. REQUISITOS

6.1. REQUISITOS RECOMENDÁVEIS

6.1.1. VISTORIA

6.1.2. A empresa interessada (“PROPONENTE”) poderá vistoriar o local onde serão instalados os mobiliários, a fim de se inteirar das condições, principalmente para transporte do mobiliário, tomando conhecimento e sanando dúvidas técnicas necessárias à constituição de sua Proposta, não se aceitando considerações posteriores por alegação de desconhecimento, inviabilidade técnica, econômica ou quanto aos prazos descritos neste TR e/ou nos demais contatos formais realizados entre as partes.

6.1.3. A vistoria poderá ser feita até o último dia útil anterior à data limite para a apresentação das propostas e será acompanhada por representante da CONTRATANTE, designado para esse fim, o qual visará a Declaração de Vistoria (Modelo – Anexo VI).

6.1.4. A falta de vistoria não desclassifica a PROPONENTE, ficando esta, desde logo e não obstante, responsável pelos ônus advindos de sua omissão.

6.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS

6.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.3.1. Para a contratação, a empresa interessada deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal exigida pelo Decreto Municipal nº 44.279/2003 e pela Lei Federal nº 10.520/2002, conforme a modalidade da licitação a ser utilizada.

6.3.2. Caso não esteja cadastrada como contribuinte do Município de São Paulo, a PROPONENTE deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, atestando o não cadastramento e afirmando

que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários (Modelo – Anexo III).

6.3.3. Deverá apresentar, também, conforme determinado pela Lei Municipal nº 14.094/2005 (Decreto Municipal nº 47.096/2006) prova de regularidade perante o CADIN Municipal (Cadastro Informativo Municipal), ciente de que a existência de qualquer registro suspende todo e qualquer pagamento devido até a respectiva regularização.

6.3.4. Os documentos que comprovem os poderes do representante legal da empresa também deverão ser enviados para viabilizar a contratação (ex.: contrato social, procuração e substabelecimento).

6.3.4.1. A PROPONENTE tem ciência e expressamente consente com o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais do(s) seu(s) representante(s), nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, para as finalidades legítimas relacionadas a esta contratação e ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

6.3.5. A CONTRATANTE poderá exigir outros documentos e certidões complementares, nas hipóteses em que o objeto da contratação assim o recomendar, bem como poderá proceder à verificação prévia quanto à reputação e idoneidade da empresa interessada.

6.3.6. Nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 56.475/2015, às ME/EPP/MEI/Cooperativas participantes será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que forem declaradas vencedoras, prorrogável a critério da CONTRATANTE, para a eventual regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação no prazo implicará decadência do direito à contratação.

7. FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos conforme a solicitação da CONTRATANTE, o que será feito por meio da emissão de Ordem de Fornecimento (OF).

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. A entrega deverá ser feita na sede da CONTRATANTE, situada no Parque Anhangabaú, 226, Edifício Conde de Prates, 25º Andar, conjunto 25C, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP 01007-040, de segundas às sexta-feira, das 06h às 07h45, e, das 20h às 02h, em consonância com os horários permitidos pelo Condomínio Conde de Prates. Além disso, os horários efetivos das entregas e cargas deverão ser definidos junto à CONTRATANTE por escrito.

8.1.1. Não é permitida a entrega de materiais e cargas aos sábados, domingos e feriados.

8.1.2. Quaisquer penalidades ou responsabilizações de ordem pecuniária imputadas pelo condomínio à CONTRATANTE em razão de eventual descumprimento das regras consignadas no item 8.1 deste TR pela CONTRATADA ou em razão de quaisquer outros danos causados por esta na execução do serviço deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

8.1.3. Os empregados, prepostos e/ou prestadores de serviço da CONTRATADA deverão se apresentar, no estabelecimento da CONTRATANTE, para a entrega dos produtos, devidamente identificados. A não identificação impedirá o ingresso, por medida de segurança, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste TR pela mora na entrega e instalação dos materiais.

9. INÍCIO DA EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

- 9.1.** A CONTRATADA deverá estar apta a fornecer os bens imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) emitida pela CONTRATANTE.
- 9.2.** A CONTRATADA deverá entregar os produtos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) emitida pela CONTRATANTE, no local e horário definidos, sob pena de aplicação da correspondente sanção.
- 9.3.** O atraso injustificado na execução do Contrato poderá sujeitar a CONTRATADA à multa de mora, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE, a seu critério, rescindir unilateralmente o Contrato e/ou aplicar as demais sanções previstas.

10. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 10.1.** A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste TR, na Proposta oferecida pela CONTRATADA e tampouco em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes, podendo rescindir a contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas, conforme a gravidade do caso.
- 10.2.** Os atestes provisório e definitivo serão feitos pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal, a fim de que seja verificado se os produtos entregues foram quantitativa e qualitativamente satisfatórios.
- 10.3.** Os atestes deverão ser feitos, por escrito e justificadamente, nos autos do processo administrativo de contratação/pagamento.
- 10.4.** Constatada qualquer inadequação, a CONTRATADA será comunicada, por escrito, pelo Gestor do Contrato, e terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para realizar a troca

e/ou os reparos e ajustes devidos, sob pena de aplicação das sanções previstas e possibilidade de rescisão, a critério da CONTRATANTE.

- 10.5.** Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o prazo para os recebimentos provisório e definitivo será reiniciado, recontando-se novamente do ajuste ou da explicação apresentada pela CONTRATADA.
- 10.6.** Não havendo o recebimento definitivo, o que será justificado pelo Gestor do Contrato nos autos do processo administrativo de contratação/pagamento, será aplicada a correspondente sanção.
- 10.7.** Os recebimentos provisório e/ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

11. PREÇO

- 11.1.** O preço será aquele que for considerado mais vantajoso para a CONTRATANTE dentre as propostas recebidas no prazo estipulado para o orçamento.

- 11.1.1.** O prazo estipulado para o recebimento das propostas não será prorrogado, salvo em hipótese excepcional e devidamente justificada pela CONTRATANTE.

- 11.2.** O preço estipulado remunerará todas e quaisquer despesas, incluindo os custos com materiais, mão de obra, seguros, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e todas as demais despesas e constituirá a única e completa contraprestação pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra será devida.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será feito em parcela única e será realizado em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, condicionado ao ateste, pelo Fiscal do Contrato, do cumprimento com as obrigações contratuais assumidas.

12.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA na entrega do objeto.

12.3. São também condições para o pagamento:

12.3.1. A apresentação, pela CONTRATADA, da Nota Fiscal que discrimine os produtos efetivamente entregues, juntamente com a documentação elencada no item 6.3. deste TR.

12.3.2. A ausência de registro no CADIN Municipal.

12.4. Caso haja faturamento em desacordo com as disposições previstas neste TR, na Proposta ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

12.4.1. A CONTRATANTE comunicará, por escrito, à CONTRATADA, o motivo da não aprovação da Nota Fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta.

12.4.2. A devolução da Nota Fiscal, devidamente regularizada pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em até 2 (dois) dias úteis da data da comunicação formal pela CONTRATANTE.

12.4.3. A CONTRATADA é responsável pela correção dos dados no prazo acima estipulado, que poderá ser prorrogado por até 2 (duas) vezes, a critério da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

12.4.4. A fluência do prazo de 30 (trinta) dias para pagamento será interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que a regularização for cumprida, não configurando atraso no pagamento.

12.5. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA do cumprimento de suas responsabilidades contratuais e legais.

12.6. O pagamento antecipado é vedado.

13. ORÇAMENTO – PROPOSTA COMERCIAL

13.1. As empresas interessadas deverão apresentar suas propostas em folha timbrada, conforme o Anexo I deste TR.

13.2. A proposta deverá compreender a descrição detalhada do produto ofertado, bem como o respectivo preço unitário e o preço total e a validade do produto, quando couber. Deverá conter, ainda, as especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto ofertado, incluindo especificação de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e caracterizem o objeto. (Modelo – Planilha – Anexo I).

13.3. A proposta deverá ter validade mínima obrigatória de 60 (sessenta) dias.

13.4. Juntamente com a proposta deverão ser entregues os Anexos pertinentes devidamente preenchidos, rubricados e assinados pelo representante legal da empresa.

13.5. Será considerada excessiva e será sumariamente desclassificada, a proposta cujo valor for superior em 30% (trinta por cento) da média das demais propostas recebidas.

13.6. Será considerada inexequível, quando o seu valor for inferior em 70% (setenta por cento) da média das demais propostas recebidas. Neste caso, será dada oportunidade à

proponente para comprovar a exequibilidade, sendo desclassificada e excluída do certame caso não o faça no prazo estipulado pela CONTRATANTE.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1.** Entregar os produtos na forma e dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a boa qualidade dos materiais utilizados e o seu perfeito funcionamento, obedecidos os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, em conformidade com as normas técnicas relacionadas.
- 14.2.** Garantir que todos os trabalhadores, designados para a prestação dos serviços relativos ao objeto do presente TR, tenham a qualificação técnica e os conhecimentos necessários à sua execução.
- 14.3.** Prestar a garantia exigida.
- 14.4.** Não empregar acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato, em hipóteses alguma, ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.
- 14.5.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos padrões estabelecidos neste TR e seus Anexos e na Proposta.
- 14.6.** Aceitar, por parte da CONTRATANTE, em todos os aspectos, a fiscalização e permitir o amplo acompanhamento da execução pelo Gestor do Contrato.
- 14.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos com vícios, defeitos ou incorreções, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização realizada pela CONTRATANTE.
- 14.8.** Designar um Preposto, que ficará responsável pelas tratativas com a CONTRATANTE, a fim de que sejam tomadas todas as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento da contratação e para a solução de eventuais falhas detectadas.
- 14.9.** Emitir a correspondente Nota Fiscal na entrega do objeto e apresentar a documentação para possibilitar o devido pagamento.

- 14.10.** Manter sempre atualizados, os seus dados cadastrais, principalmente o seu endereço e e-mail e informar à CONTRATANTE qualquer alteração, inclusive na sua constituição social.
- 14.11.** A CONTRATADA responsabiliza-se, única e exclusivamente, pelo efetivo recebimento de todas as tratativas e demais documentos encaminhados para o endereço indicado.
- 14.12.** O recibo de confirmação de recebimento do e-mail enviado pela CONTRATANTE para o e-mail indicado pela CONTRATADA, por si só, basta para caracterizar a efetiva ciência e comunicação.
- 14.13.** É dispensada, portanto, a assinatura de Ordens de Fornecimento ou de Início, bastando o recibo eletrônico de confirmação de recebimento.
- 14.14.** A CONTRATADA se obriga a atualizar o e-mail oficial de comunicação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, sendo consideradas válidas, e efetivamente entregues, todas as comunicações e documentos enviados para o correio eletrônico indicado.
- 14.15.** As mesmas regras serão utilizadas para cartas e documentos físicos enviados ao endereço da sede indicado.
- 14.16.** O colaborador que receber o e-mail indicado ou a correspondência física enviada, presume-se autorizado pela CONTRATADA, não podendo esta alegar ausência de alçada, por exemplo.
- 14.17.** Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso no desempenho das atividades objeto da presente contratação, sob pena de imediata rescisão e sujeição à responsabilização civil, administrativa e criminal, observados os efeitos prospectivos dos prejuízos a que der causa.
- 14.18.** Realizar o tratamento seguro e adequado dos dados pessoais a que tiver acesso, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e demais disposições aplicáveis, utilizando-os exclusivamente para as finalidades legítimas relacionadas a esta contratação e ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- 14.19.** No caso de qualquer acesso não autorizado, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, a CONTRATADA se obriga a notificar prontamente a CONTRATANTE e a

cooperar com os pedidos razoáveis para investigar e remediar esses incidentes e fornecer resposta e soluções adequadas, arcando com todos os custos decorrentes de sua negligência.

- 14.20.** A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE e demais envolvidos – incluindo (mas não se limitando a) seus diretores, acionistas, colaboradores e prestadores de serviço – de quaisquer reivindicações, exigências, despesas, danos, perdas, custos, taxas ou penalidades decorrentes do descumprimento da obrigação de proteção de dados, observados os efeitos prospectivos dos prejuízos a que dera causa.
- 14.21.** Manter conduta condigna com o Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponível em sua página de Transparência (<http://www.sparcerias.com.br/sites/default/files/2020-07/C%3%B3digo%20de%20Conduta%20e%20Integridade%20-%203ed-jul2020-48RD-130RCA.pdf>).
- 14.22.** A ciência por parte da CONTRATANTE de envolvimento da CONTRATADA em atos de suborno ou corrupção, ou em qualquer outro tipo de ato que afronte a integridade, levará ao encaminhamento da questão ao Comitê de Ética e Conduta da São Paulo Parcerias para apuração e adoção das medidas necessárias.
- 14.23.** Não ceder ou transferir o objeto a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão contratual.
- 14.24.** Não subcontratar o objeto a terceiros sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de imediata rescisão contratual. Em qualquer caso, é vedada a subcontratação total do objeto.
- 14.25.** Caso haja a subcontratação parcial do objeto, devidamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA permanecerá responsável pela perfeita execução do contratado, cabendo-lhe coordenar e supervisionar a execução realizada pela SUBCONTRATADA, respondendo perante à CONTRATANTE.
- 14.26.** Cumprir, durante toda a execução da contratação, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, convencionando-se desde já, que a CONTRATANTE poderá descontar de qualquer crédito seu, a importância

correspondente a eventuais pagamentos que vier a arcar por imposição legal e que sejam de sua responsabilidade.

- 14.27.** Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade relacionada ao objeto deste TR.
- 14.28.** Manter, durante toda a execução desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 14.29.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus agentes, empregados, prepostos ou encarregados, direta ou indiretamente à CONTRATANTE, aos seus colaboradores, ao seu patrimônio ou a terceiros, produzidos em decorrência da prestação dos serviços/fornecimento do objeto ou da omissão em executá-los, seja dolosa ou culposamente, procedendo de imediato aos reparos e/ou indenizações cabíveis, resguardando-se, à CONTRATANTE, o direito de regresso na hipótese de ser compelida a responder por tais danos.
- 14.30.** Cumprir com as demais obrigações constantes no TR e seus Anexos e na Proposta, bem como as obrigações legais e normativas decorrentes da sua atividade.
- 14.31.** A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.
- 14.32.** Nenhuma irregularidade praticada pela CONTRATADA implicará em corresponsabilidade da CONTRATANTE.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto ato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 15.2.** Permitir e facilitar o acesso da CONTRATADA aos locais de entrega do objeto, respeitadas as normas que disciplinam a segurança das pessoas e do patrimônio público.
- 15.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução desta contratação.

- 15.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas na execução desta contratação.
- 15.5. Atestar, por intermédio do Fiscal do Contrato, o cumprimento ou descumprimento de todas as obrigações necessárias ao fornecimento do objeto por parte da CONTRATADA, com vistas à efetivação do pagamento.
- 15.6. Efetuar o pagamento na forma neste TR.
- 15.7. Aplicar as penalidades previstas na lei, neste TR, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas.
- 15.8. Cumprir com as demais obrigações constantes no TR e seus Anexos, bem como as obrigações legais e normativas atinentes.

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 16.1. Serão designados, formalmente pela CONTRATANTE, um Gestor e um Fiscal para acompanhar e fiscalizar a perfeita entrega do objeto, permitida a assistência de terceiros.
- 16.2. A gestão e a fiscalização realizadas pela CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na execução.
- 16.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não exime a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos e/ou serviços que são de sua competência.
- 16.4. Todas as ocorrências relativas à sua execução desta contratação deverão ser registradas nos autos do processo administrativo da contratação e/ou sancionatório, conforme for o caso, pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, determinando, sempre que necessário e conveniente, as devidas providências que visem ao pronto saneamento de quaisquer irregularidades, desvios e/ou deficiências detectadas.

17. SANÇÕES CONTRATUAIS

17.1. Com fundamento nos arts. 82 a 84 da Lei Federal nº 13.303/2016, pela inexecução total ou parcial da contratação, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA e observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/2003, aplicar as seguintes sanções:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Multa;

17.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.2. A Advertência será aplicada por descumprimento de qualquer obrigação para a qual não haja penalidade específica. Na reincidência será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação.

17.3. A aplicação das sanções será previamente comunicada por escrito à CONTRATADA, que poderá usufruir do seu direito de resposta e ampla defesa.

17.4. Na aplicação das sanções, será levada em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo, bem como o dano causado à CONTRATANTE.

17.5. As sanções previstas neste TR são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

17.6. Das decisões sobre aplicação de penalidades, caberá recurso nos termos do Decreto Municipal nº 44.279/2003, observados os prazos fixados, bem como as determinações da legislação correspondente em vigor.

17.7. As multas serão aplicadas conforme as alíquotas a seguir discriminadas e quando ocorrerem as hipóteses de:

- 17.7.1.** ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA: 1% (um por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso injustificado, limitada a 10 (dez) dias. No caso de o atraso injustificado perdurar por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida a rescisão contratual, a critério exclusivo da CONTRATANTE e aplicada, concomitantemente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação. Além disso, poderá ser aplicada, a critério da CONTRATANTE, pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a mesma pelo prazo máximo de 2 (dois) anos;
- 17.7.2.** INEXECUÇÃO PARCIAL: 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada ou executada em desacordo com as especificações técnicas. Além da multa, poderá ser aplicada também, a critério da CONTRATANTE, a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a mesma, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos;
- 17.7.3.** INEXECUÇÃO TOTAL: 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação. Além da multa, poderá ser aplicada também, a critério da CONTRATANTE, a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a mesma, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos;
- 17.7.4.** NÃO ENTREGA E/OU ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO FALSA; COMPORTAMENTO INIDÔNEO; DECLARAÇÃO FALSA; FRAUDE FISCAL: 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e Contrato e pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- 17.8.** O prazo para pagamento da multa será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da CONTRATADA.
- 17.9.** A multa aplicada poderá ser descontada das faturas devidas à CONTRATADA.
- 17.10.** Se a multa for de valor superior à fatura devida, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos futuros pagamentos

eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.11. Não havendo pagamento pela CONTRATADA, o valor será inscrito no CADIN Municipal nos termos da Lei Municipal nº 14.094/2005 e do Decreto Municipal nº 47.096/2006, bem como na dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo, nos termos da Lei.

17.12. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

17.12.1. Prova da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação, anexada aos autos do processo administrativo desta contratação; e/ou

17.12.2. Manifestação do Gestor do Contrato, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à CONTRATANTE.

17.13. Caso a CONTRATANTE releve, justificadamente, a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste TR.

17.14. São aplicáveis, no que cabível for, também, as sanções estabelecidas na legislação vigente aplicável ao caso.

18. ALTERAÇÕES E EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

18.1. A contratação será regida pela Lei Federal nº 13.303/2016 combinada com a Lei Municipal nº 13.278/2002 e o Decreto Municipal nº 44.279/2003, bem como pelo Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Parcerias e demais normas aplicáveis à espécie, além de se vincular a este TR e à Proposta oferecida pela CONTRATADA.

- 18.2.** Poderá ser alterado o quantitativo/qualitativo do objeto, pela CONTRATANTE, mediante anuência das partes, sem que isso implique alteração das condições contratuais.
- 18.3.** Os acréscimos ou supressões poderão se dar até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do §1º do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 18.4.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder tais limites estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 18.5.** Poderão levar à extinção da contratação, independentemente de notificação ou interpelação judicial, os seguintes motivos:
- 18.5.1.** Inexecução total ou parcial.
 - 18.5.2.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.
 - 18.5.3.** Atraso injustificado no fornecimento.
 - 18.5.4.** Lentidão no cumprimento.
 - 18.5.5.** Subcontratação total ou parcial do objeto, ressalvada a subcontratação parcial autorizada pela CONTRATANTE.
 - 18.5.6.** Desatendimento das orientações dadas pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato.
 - 18.5.7.** Cometimento reiterado de faltas.
 - 18.5.8.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução da contratação.
 - 18.5.9.** Dissolução da CONTRATADA.
 - 18.5.10.** Decretação de falência ou instauração de insolvência civil.

- 18.5.11.** Razões de interesse público justificadas pela CONTRATANTE.
 - 18.5.12.** Aplicação à CONTRATADA da pena de declaração de inidoneidade ou a suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo.
 - 18.5.13.** Não liberação, por parte da CONTRATANTE, do local do fornecimento, nos prazos estabelecidos.
 - 18.5.14.** Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução da contratação.
- 18.6.** Os casos de extinção da contratação serão formalmente motivados nos autos do processo correspondente à contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

- 19.1.** Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal, de suborno ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no art. 3º, § 1º-A do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1.** As propostas deverão ser enviadas para compras@spparcerias.com.br, no prazo estipulado, juntamente com os anexos pertinentes devidamente preenchidos, rubricados e assinados pelo representante legal da empresa.
- 20.1.1.** O colaborador que enviar a proposta presume-se autorizado pela interessada, não podendo esta alegar ausência de alçada ou qualquer outro impasse, ficando vinculada às condições e valores ofertados.
- 20.2.** A interessada deverá indicar, em sua proposta, **e-mail(s) oficial de comunicação, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pelo efetivo recebimento** de todas as tratativas e demais documentos encaminhados para o endereço eletrônico indicado.
- 20.2.1.** O recibo de confirmação de recebimento do e-mail enviado pela CONTRATANTE para o e-mail indicado pela interessada, por si só, basta para caracterizar a efetiva ciência e comunicação.
- 20.2.2.** É dispensada, portanto, a assinatura de Ordens de Fornecimento ou de Início.
- 20.2.3.** A interessada **se obriga a atualizar** o e-mail oficial de comunicação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, sendo consideradas válidas, e efetivamente entregues, todas as comunicações e documentos enviados para o correio eletrônico indicado.
- 20.2.4.** As mesmas regras serão utilizadas para cartas e documentos físicos enviados ao endereço da sede indicado na proposta.
- 20.2.5.** O colaborador que receber o e-mail indicado ou a correspondência física enviada, presume-se autorizado pela interessada, não podendo esta alegar ausência de alçada, por exemplo.
- 20.3.** A CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória que permita avaliar a sua capacitação técnico-operacional.

- 20.4.** As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os interessados e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5.** Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo, a CONTRATANTE, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 20.6.** Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade de todas as informações e de todos os documentos apresentados.
- 20.7.** Será observada a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 56.475/2015, que dispõem sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como aos Microempresários Individuais (MEI) e às Cooperativas, sendo oportunizada a faculdade de cobrir a melhor proposta obtida, oferecida originalmente por pessoa jurídica não beneficiária.
- 20.7.1.** Na hipótese de enquadramento como **ME, EPP, MEI ou Cooperativa**, os interessados deverão enviar, junto com a proposta, o Anexo IV deste TR, devidamente preenchido e assinado. A falsidade de qualquer declaração prestada, notadamente objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e nas sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do interessado se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação.
- 20.7.2.** No caso das Cooperativas, o tratamento jurídico diferenciado será concedido àquelas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, salvo quando vedada a sua participação nos termos do § 1º do art. 1º

da Lei Municipal nº 15.944/2013, ou seja, nos casos em que a execução do objeto envolva a prestação unicamente de trabalho não eventual por empregados da cooperativa (art. 3º da CLT) à CONTRATANTE.

20.7.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é modalidade de microempresa, podendo fazer jus aos benefícios previstos no Decreto Municipal nº 56.475/2015. A declaração da sua condição de microempresa poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido pelo Portal do Empreendedor.

20.7.4. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado, as pessoas jurídicas que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

20.8. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, revogar por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anular por ilegalidade, no todo ou em parte este processo de contratação, sem que tenham, os interessados, direito a qualquer indenização, conforme art. 62 da Lei Federal nº 13.303/2016.

20.9. A contratação será formalizada mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

20.10. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra, devendo indenizar todos os eventuais custos e despesas financeiras que venham a ser suportados pela CONTRATANTE, por força de decisão judicial que aponte a existência de vínculo empregatício.

- 20.11.** Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 20.12.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais disciplinadoras da matéria.
- 20.13.** Fica, desde logo, eleito o Foro Cível da Comarca da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.
- 20.14.** Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas unicamente pelo endereço eletrônico compras@spparcerias.com.br.
- 20.15.** A apresentação de Proposta implica na aceitação tácita de todas as disposições contidas neste TR e seus Anexos.

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA n° 031/SPP/2022

PROCESSO SEI n° 7310.2022/0000157-8

OBJETO: Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho, do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o n° [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], RG n° [..] e CPF n° [..], propõe fornecer o objeto em questão, nos seguintes preços e condições:

Validade mínima obrigatória de 60 (sessenta) dias.					
Item	Descrição	Qtd	Unidade	Valor unitário	Valor Total
1	Estações de trabalho tipo plataforma	02	UN.		
2	Cadeira Giratória	20	UN.		
3	Porta de Giro	01	UN.		
4	Banqueta Alta	05	UN.		
				VALOR GLOBAL	

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

OBS.: enviar junto com a proposta os anexos pertinentes e constantes do Termo de Referência devidamente preenchidos e assinados.

ANEXO II – DECLARAÇÕES DO PROPONENTE

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA nº 031/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000157-8

OBJETO: Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho, do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], RG nº [..] e CPF nº [..], propõe fornecer o objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que:

1. tem plenas condições de fornecer o objeto da presente contratação, nos exatos termos da especificação contida no Termo de Referência, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra, se necessária;
2. os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação;
3. conhece, atende e se submete a todos os itens e condições do Termo de Referência, bem como às disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002, dos Decretos Municipais nº 43.406/2003, nº 44.279/2003, nº 46.662/2005, nº 52.091/2011, nº 54.102/2013, nº 56.475/2015, nº 56.633/2015, das Leis Federais nº 10.520/2002, nº 12.846/2013, nº 13.303/2016 e nº 8.666/1993, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, regulada pelo Decreto Municipal nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam a contratação e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente;

4. entrega a última versão/alteração do Contrato Social arquivado na Junta Comercial de seu Estado para conferência e garantia dos poderes de representação legal;
5. até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua contratação, inclusive condenação judicial, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores;
6. não está incurso nas penas disciplinadas nos arts. 82 e 83 da Lei Federal nº 13.303/2016, bem assim no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, não tendo sido declarada inidônea, nem se encontrando suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E
INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO**

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA nº 031/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000157-8

OBJETO: Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho, do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [.] , situada na [endereço completo], e-mail [.] , telefone [.] , por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], RG nº [.] e CPF nº [.] , DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem como não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

[local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA nº 031/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000157-8

OBJETO: Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho, do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], RG nº [..] e CPF nº [..], propõe fornecer o objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que:

1. se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, tampouco fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação;
2. está ciente das penalidades que lhe poderão ser impostas, na hipótese de falsidade da presente declaração, previstas no Termo de Referência e/ou Contrato e na legislação criminal (art. 299 do Código Penal);
3. auferiu, no último ano-calendário, a receita bruta nos limites estipulados no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal
Cargo

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA n° 031/SPP/2022

PROCESSO SEI n° 7310.2022/0000157-8

OBJETO: Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho, do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o n° [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], propõe fornecer o objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que **não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para fins do tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar Federal n° 123/2006.**

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA nº 031/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000157-8

OBJETO: Aquisição de mobiliários de escritório, sendo 02 (duas) estações de trabalho, do tipo plataforma; 20 (vinte) cadeiras de escritório; 01 (uma) porta de giro e 05 (cinco) banquetas altas.

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [.] , situada na [endereço completo], e-mail [.] , telefone [.] , por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], RG nº [.] e CPF nº [.] , DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que vistoriou minuciosamente os locais para a prestação dos serviços e tomou conhecimento das reais condições, coletando informações de dados e elementos e sanando todas as dúvidas técnicas necessárias à constituição de sua proposta comercial [ou] abstendo-se de vistoriar alega conhecimento pleno das condições, ciente de que não serão aceitas considerações posteriores por alegação de desconhecimento, inviabilidade técnica ou econômica ou quanto aos prazos descritos no Termo de Referência e seus Anexos.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo